

An aerial photograph of a lush tropical rainforest. A wide, calm river winds through the dense green canopy, reflecting the sky and surrounding trees. The forest is thick and vibrant, with various shades of green. In the distance, the river continues to curve through the landscape under a soft, hazy sky.

MEIO ambiente

insuficiente para conhecê-lo por completo, protegê-lo de fato e convertê-lo em prosperidade para quem vive dele. O IPAAM, único órgão de licenciamento e fiscalização ambiental para os 62 municípios do estado, enfrenta um déficit estrutural de corpo técnico tão grave que precisou de um contrato terceirizado de R\$ 18,3 milhões só para manter o fluxo básico de processos. O desmatamento caiu 35,5% no último período medido, um resultado real, mas que convive com pressão ainda intensa sobre o sul do estado. O tráfico de fauna e flora, a biopirataria e a ausência de instrumentos estaduais básicos, como uma lista própria de espécies ameaçadas que o Amazonas nunca publicou, mostram um estado que hoje não tem os instrumentos mínimos para gerir aquilo que mais possui.

Essa incapacidade se manifesta em várias frentes ao mesmo tempo, e o governo trata cada uma como exceção, não como padrão. Na gestão de resíduos, 61 dos 62 municípios ainda operam lixões a céu aberto, e nenhum se adequou à Política Nacional de Resíduos Sólidos em 15 anos de vigência da lei. No clima, o estado viveu as duas piores secas de sua história em anos seguidos, 2023 e 2024, seguidas de uma das maiores cheias já registradas, sem que o Plano Estadual de Adaptação às Mudanças Climáticas, exigido por lei desde 2023, tenha sido sequer publicado. No licenciamento, apenas 1 dos 62 municípios opera de forma própria, e o resultado é um ciclo de informalidade, degradação e vulnerabilidade que recai desproporcionalmente sobre ribeirinhos, indígenas e quilombolas.

Não faltam planos publicados nem programas anunciados. Falta o estado estar presente onde o dano acontece, e não só em Manaus, depois que ele já aconteceu. Precisa-se levar a decisão, capacidade técnica e financiamento para dentro dos 62 municípios, e tratar a floresta em pé, a água limpa e a terra regularizada como o que elas são: a base econômica mais valiosa que o Amazonas tem, e que hoje ninguém está gerindo direito.

MODERNIZAR E DESCENTRALIZAR O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Amazonas Descentraliza

Criar um sistema progressivo de certificação em três níveis, com o IPAAM atuando ativamente na capacitação técnica das prefeituras do interior, priorizando as mais distantes de Manaus. Município certificado licencia perto de casa, sem depender de fila na capital.

Plataforma digital única com matriz de risco

Criar uma plataforma digital única de protocolo e acompanhamento, com prazos definidos por lei e uma matriz de risco que classifique cada empreendimento por porte e potencial poluidor, dando rito simples para baixo impacto e análise aprofundada para os complexos. Menos fila para quem não é risco, mais atenção para quem é.

Publicar a lista estadual de espécies ameaçadas

Publicar, com UFAM, INPA e ICMBio, a primeira lista estadual oficial, vinculada ao licenciamento: qualquer obra em área de espécie ameaçada passa por análise técnica específica antes da licença sair. É dar ao licenciamento uma base científica que hoje simplesmente não existe.

Dar licenciamento técnico e ágil à mineração legal

Criar câmara técnica permanente entre IPAAM, SEMA, ANM e universidades para agilizar processos estratégicos, fiscalizar de fato os planos de recuperação de área degradada e usar satélite e drone para detectar garimpo ilegal. A mineração legal ganha velocidade justamente porque a ilegal passa a ser rastreada e fechada.

PARAR O DESMATAMENTO E AS QUEIMADAS COM TECNOLOGIA

Criar o Centro Estadual de Inteligência Ambiental

Montar um sistema com satélite de alta resolução, drone e análise de dados em tempo real para identificar desmatamento, queimada e garimpo ilegal antes que o dano se espalhe. O resultado deixa de depender do noticiário e passa a rodar todo dia.

Criar rede de triagem e reabilitação de fauna nativa

Estruturar centros regionais de triagem de fauna apreendida nas microrregiões, com protocolo padronizado de reabilitação e reintrodução. Quem apreende um animal passa a ter para onde levá-lo.

FINANCIAR A CONSERVAÇÃO E PROTEGER O CONHECIMENTO DA FLORESTA

Transformar o FEMUCS em fundo por contrato de resultado

Reestruturar o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas como financiamento competitivo para bioeconomia e conservação, com metas mensuráveis e auditadas, ampliando seu escopo para operar o mercado de carbono estadual e o Pagamento por Serviços Ambientais a quem conserva. Quem preserva passa a ser remunerado por resultado, não por promessa.

Inventariar e proteger o patrimônio genético vegetal

Criar, com UFAM, INPA e organizações indígenas, um inventário estadual de espécies de uso medicinal e cosmético, cruzado com o cadastro federal para identificar irregularidade na repartição de benefícios. Não é burocratizar o acesso à biodiversidade, é garantir que a comunidade seja reconhecida e paga.

ACABAR COM OS LIXÕES E FECHAR O CICLO DO LIXO

Criar programa estadual de encerramento de lixões

Criar cronograma público e obrigatório de encerramento, com linha orçamentária própria para financiar os planos de remediação que o IPAAM já elaborou e nunca teve dinheiro para executar. Quem cumpre o prazo ganha pontuação e receita no ICMS Ecológico, quem não cumpre perde as duas coisas.

Formar consórcios intermunicipais de resíduos por calha de rio

Estruturar consórcios organizados pelas oito calhas do estado, com um município polo sediando aterro regional abastecido pelos menores via transporte fluvial, com o estado financiando parte da infraestrutura. É a diferença entre lixão eterno e aterro que o município nunca teria sozinho.

Criar logística reversa fluvial para o interior

Criar rotas fluviais regulares de coleta de reciclável, com calendário fixo conectando o interior aos centros de triagem, subsidiadas pelo próprio recurso de logística reversa que a lei já obriga fabricante e importador a destinar. Sem custo novo ao erário, o reciclável do interior passa a ter para onde ir.

Apoiar a atualização dos planos municipais de resíduos

Criar equipe itinerante da SEMA que percorra os municípios por calha de rio para elaborar ou atualizar esses planos, condicionando repasse estadual e pontuação no ICMS Ecológico a essa atualização. É o item que destrava todo o resto: sem plano, o município não acessa recurso federal nem entra em consórcio.

PREPARAR O AMAZONAS PARA SECAS E CHEIAS EXTREMAS

Publicar o Plano Estadual de Adaptação às Mudanças Climáticas

Publicar o plano nos primeiros 18 meses de mandato, com mapeamento de vulnerabilidade por território e metas com prazo para infraestrutura hídrica, saúde e transporte fluvial. É trocar o documento que nunca sai da gaveta por um instrumento que orienta a resposta antes da próxima seca.

Levar infraestrutura resiliente às comunidades ribeirinhas

Coordenar e escalar o que já funciona, começando por poços artesianos nas comunidades mais afetadas pela falta de água, e avançando para captação adaptada à cheia e seca, energia solar descentralizada e apoio à habitação de várzea. Quem ficou sem água nas secas de 2023 e 2024 é a prioridade número um. **Recuperar igarapés urbanos compatibilizando com a APP**

Retoma a lógica do PROSAMIM, mas priorizando despoluição e recuperação ambiental antes da obra urbana, com remoção de ocupação apenas nos trechos de maior risco. Proteção e recuperação passam a se apoiar em critério técnico, não em improvisado caso a caso.

DAR GESTÃO REAL ÀS ÁREAS PROTEGIDAS E DESTRAVAR QUEM PRESERVA

Revisar e compatibilizar as unidades de conservação

Construir um cadastro único georreferenciado de toda área protegida do estado, avaliando tecnicamente cada unidade estadual e enviando à Assembleia, quando necessário, projeto de lei específico para corrigir limites claramente inadequados. Área que existe só no mapa não protege nada; área com fiscalização real protege de verdade.

Dar efeito real ao zoneamento do sul do Amazonas

Incorporar esse zoneamento ao cadastro integrado de áreas protegidas, dando a ele efeito vinculante real sobre o licenciamento na região. Instrumento que só existe no papel passa a valer no território.

Premiar o desempenho ambiental dos municípios

Dar prioridade de acesso a investimento estadual, como infraestrutura, bioeconomia, crédito de carbono e regularização fundiária, ao município que comprovadamente reduz desmatamento e mantém alta cobertura florestal. Preservar passa a valer mais que degradar, na prática e não só no discurso.

